

Vitória (ES), Segunda-feira, 03 de Abril de 2017.

operacionalização do cumprimento e remuneração da prorrogação da jornada de trabalho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de seis meses, podendo ser prorrogado a critério e conveniência da administração. Palácio Anchieta, em Vitória,

aos 31 dias do mês de março de 2017, 196º da Independência, 129º da República e 483º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado
Protocolo 304326

DECRETO Nº 4090-S, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Altera o Decreto nº 4.008-R, de 29/08/2016, que disciplina os procedimentos a serem adotados na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no exercício das atribuições previstas no art. 91, III, da Constituição Estadual, em conformidade com as informações constantes do processo nº 77165560,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 4.008-R, de 29/08/2016, que disciplina os procedimentos a serem adotados pelos médicos e odontólogos, vinculados à Secretaria de Estado da Saúde, na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os profissionais de saúde vinculados ou não à Secretaria de Estado da Saúde e os credenciados pelos Municípios, devem prescrever medicamentos ou fórmulas nutricionais, solicitar exames e procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDTs do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo único. Para a prescrição de medicamentos ou fórmulas nutricionais, os profissionais mencionados deverão ainda:

I. adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira - DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional - DCI, constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância, na forma do previsto no art. 3º da Lei 9.787, de 10/02/1999;

II. emitir receita em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, na forma do previsto no art. 35 da Lei nº 5.991 de 17/12/1973.

Art. 2º No caso de o profissional de saúde necessitar prescrever medicamentos ou fórmulas nutricionais, solicitar exames ou procedimentos de saúde diversos dos disponíveis nas políticas públicas, nas listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição daquele tratamento de saúde padronizado para o caso concreto.

§ 1º A justificativa técnica de que trata o *caput* será apresentada por meio de ferramenta informatizada, que possibilitará a impressão dos formulários, conforme modelos constantes dos Anexos 1 e 2, deste Decreto, sendo um exclusivo para solicitação de medicamentos ou fórmulas nutricionais e outro para exames ou procedimentos de saúde, disponíveis em www.saude.es.gov.br.

§ 2º [...]

[...]

III. quais os benefícios do medicamento ou fórmula nutricional prescrito. [...]"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, Vitória, aos 31 dias do mês de março de 2017, 196º da Independência, 129º da República e 483º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Sistema de Publicações IOES.
Do seu computador direto para o Diário Oficial.

www.dio.es.gov.br

Modernidade, segurança e muito mais praticidade.

IMPRESSA OFICIAIS

ANEXO 1

FORMULÁRIO PARA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS/FÓRMULAS NUTRICIONAIS NÃO PADRONIZADOS NO SUS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO LME OU LFN)

Nome do(a) paciente: _____

Medicamento/fórmula nutricional: _____

Enfermidade: _____ CID-10: _____

1. Sobre a forma de atendimento:

1.1. Trata-se de paciente atendido nos serviços: público de saúde () Privado () [Plano de saúde (), qual operadora? _____]

1.2. Houve tentativa de acesso ao medicamento no plano de saúde? Sim () Não ()

1.2.1. Caso positivo, em que data? ____/____/____ Houve negativa? [Sim, Escrita () Verbal ()] Não ()

1.3. Houve tentativa de obter o medicamento no SUS? Sim () Não ()

1.3.1. Caso positivo, em que Unidade/Município/Estado? _____

Em que data? ____/____/____ Houve negativa? [Sim, Escrita () Verbal ()] Não ()

2. Trata-se de produto(s) aprovado(s) pela ANVISA? Sim () Não ()

3. Trata-se de prescrição off label? Sim () Não ()

3.1. Caso positivo, informe a evidência científica que justifique a prescrição off label? _____

4. Foram prescritos tratamentos prévios não farmacológicos, ou, no caso de fórmulas nutricionais, suplementação artesanal?

4.1. Sim (), especifique _____

4.2. Não (), Justifique a não prescrição _____

5. Foram prescritos tratamentos prévios farmacológicos/fórmulas nutricionais padronizados no SUS? Sim () Não ()

5.1. Caso positivo, especifique dosagem e tempo de uso de cada um deles _____

6. Existe alternativa terapêutica disponível no SUS? Sim () Não ()

6.1. Caso positivo, justifique a razão para a prescrição de medicamento(s)/ fórmula(s) nutricional(is) não padronizado em detrimento ao oferecido pelo SUS _____

7. O medicamento(s)/ fórmula(s) nutricional(is) prescrito(s) conta(m) nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do SUS? Sim () Não ()

8. Trata-se de tratamento contínuo? Sim () Não (), tempo previsto _____

9. O medicamento(s)/ fórmula(s) nutricional(is) é imprescindível para o paciente? Sim () Não () É urgente? Sim () Não ()

10. A ausência de fornecimento do medicamento(s)/ fórmula(s) nutricional(is) acima poderá ocasionar quais as seguintes consequências:

() Risco de morte

() Perda irreversível de órgãos ou funções orgânicas

() Grave comprometimento do bem-estar

() Outras, especifique _____

11. A utilização do medicamento(s)/ fórmula(s) nutricional(is) eliminará o perigo das consequências/seqüelas? Sim () Não (), justifique: _____

12. Especificar o quadro clínico, as peculiaridades do paciente e demais considerações que justifique a prescrição do medicamento(s)/ fórmula(s) nutricional(is) _____

DATA: ____/____/____

Carimbo e Assinatura do prescritor.

ANEXO 2

FORMULÁRIO PARA PRESCRIÇÃO DE DEMANDAS NÃO PADRONIZADAS NO SUS**1. Sobre o profissional**

1.1. Nome do profissional:

1.2. Número do registro no Conselho:

1.3. CNS:

1.4. Especialidade (se tiver):

2. Sobre o paciente

2.1. Nome do (a) paciente:

2.2. Data de nascimento:

2.3. CPF:

2.4. Sexo: () F () M

2.5. Endereço completo (com CEP):

3. Sobre a forma de atendimento

3.1. Trata-se de paciente atendido pela Saúde Pública () ou Saúde Suplementar ()

3.2. Qual operadora?

3.3. Houve tentativa de obter acesso ao produto ou serviço no plano de saúde?

Houve negativa? Escrita ou verbal? Em que data? / /

3.4. Houve tentativa de obter o produto ou serviço no SUS?

3.5. Em que Unidade/Município/Estado?

Houve negativa? Escrita ou verbal? Em que data? / /

4. De acordo com a tabela abaixo, os códigos correspondentes às doenças que acometem o paciente são:

Enfermidade	Código (CID)

5. Medicamentos, produtos ou procedimentos necessários para a finalidade diagnóstica de acordo como quadro abaixo:

- Tratamento contínuo () temporário () pelo prazo de

Produtos	Posologia e via de administração

6. Trata-se de produto aprovado pela ANVISA? Sim () Não ()

6.1. Caso não aprovado pela ANVISA, o produto é aprovado por órgão de controle estrangeiro?

De qual País?

6.2. Caso não aprovado pela ANVISA, Há estudos de evidência científica (eficácia, eficiência, efetividade e segurança) do produto? Qual a evidência científica?

7. Trata-se de prescrição off label?

7.1. Caso positivo, justificar a prescrição off label:

8. Antes de serem prescritos os produtos ou procedimentos acima listados foram adotadas as seguintes medidas terapêuticas:**9. Não foram prescritas outras medidas médicas alternativas, em razão dos seguintes motivos:****10. Os produtos / procedimentos conforme finalidade diagnóstica prescrita constam dos Protocolos Clínicos e Diretrizes terapêuticas do SUS?****11. Existe outro produto / procedimentos com o mesmo princípio ativo ou capacidade terapêutica similar oferecidos pelo SUS?**

Quais:

12. Há justificativa para a prescrição do produto / procedimento específico diferenciado em razão da condição peculiar do paciente?

NOTÍCIAS, CULTURA E A HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO EM UM ÚNICO LUGAR.

27 3636-6929
www.dio.es.gov.br



Vitória (ES), Segunda-feira, 03 de Abril de 2017.

13. Ha produtos, procedimentos ou medicamentos com o mesmo principio ativo no mercado?
 Sim () Não (). Caso positivo? _____
 Quais? _____

14. Qual a razão para prescrever produto / serviço diferenciado aquele oferecido pelo SUS ou Plano de Saúde: _____

15. O produto / procedimento é imprescindível para o paciente?
 Sim () Não (). É urgente? Sim () Não ()

16. A ausência de fornecimento do medicamento, insumo ou procedimento acima poderá ocasionar quais as seguintes consequências:
 () Risco de morte
 () Perda irreversível de órgãos ou funções orgânicas
 () Grave comprometimento do bem-estar
 () Outras _____

17. A utilização dos produtos e serviços eliminará o perigo das consequências / sequelas?
 Sim () Não (). Justificar: _____

18. Especificar o quadro clínico e as peculiaridades do paciente e demais considerações:

19. Os produtos / procedimentos constam do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde mínimos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)? Sim () Não ().
 Outras informações ou especificações: _____

Assinatura _____ Carimbo do médico/clientista _____

Protocolo 304327

Secretaria de Estado do Governo - SEG -

RESUMO DO ATO ASSINADO PELA SECRETÁRIA DE ESTADO DO GOVERNO

PORTARIA Nº 08-S, de 31.03.2017.

EXONERAR, a pedido, na forma do art. 61, § 2º, alínea "b" da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **MARCELA CAETANO DE ANDRADE SCARDUA**, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Nível II, Ref. QCE-05, da Secretaria de Estado do Governo - SEG, a partir de 01/04/2017.

Protocolo 304344

Secretaria da Casa Civil - SCV -

RESUMO DOS ATOS ASSINADOS PELO SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 09-S, de 31.03.2017.

EXONERAR, de acordo com o artigo 61, § 2º, alínea "a", da

artigo 61, § 2º, alínea "a", da Lei Complementar nº 46, de 31.01.1994, **FABIO MARIANO**, do cargo em comissão de **Supervisor II**, Ref. QC-04, da Secretaria da Casa Civil.

Protocolo 304341

PORTARIA Nº 13-S, de 31.03.2017.

EXONERAR, de acordo com o artigo 61, § 2º, alínea "a", da Lei Complementar nº 46, de 31.01.1994, **LÚCIA MARIA ALVES BATISTA**, do cargo em comissão de **Assistente Técnico**, Ref. QC-04, da Secretaria da Casa Civil.

Protocolo 304342

PORTARIA Nº 14-S, de 31.03.2017.

EXONERAR, de acordo com o artigo 61, § 2º, alínea "a", da Lei Complementar nº 46, de 31.01.1994, **MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA**, do cargo em comissão de **Agente de Serviço I**, Ref. QC-05, da Secretaria da Casa Civil.

Protocolo 304343

Secretaria da Casa Militar - SCM -

O.S. nº 006, de 31 de março de 2017.

Conceder 30 (trinta) dias de recesso ao estagiário LUIZ HENRIQUE SOUZA BARCELLOS DA SILVA, nº funcional 3673324 no período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Vitória-ES, 31 de março de 2017

Roberto Nava Martins
 Grupo de Administração e Recursos Humanos/Secretaria da Casa Militar

Protocolo 304323

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM -

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - IPAJM no uso de suas atribuições concedeu os benefícios, a saber:

Portaria nº 713 de 28 de março de 2017

TRANSFERIR para a RESERVA REMUNERADA "ex-officio", o SUBTENENTE PM **ELIAS COSTA DE ANDRADE**, NF 822830/1, a contar de 02 de julho de 2016, com os proventos mensais calculados com base no soldo da graduação de SUBTENENTE PM, tendo em vista o disposto no Art. 87, c/c o inciso II do Art. 48 da Lei 3.196 de 09.01.78, ambos com novas redações dadas respectivamente pelo Art. 1º da Lei 3.446 de 16.12.81 e pelo Art. 1º da Lei 4.010 de 21.12.87 e CONCEDER o Adicional de Inatividade no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o inciso II do Art. 95 da Lei nº 2.701/72, alterado pelo Art. 3º da Lei nº 3.973/87. **(Processo: 77088808)**

Portaria nº 716 de 28 de março de 2017

CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO MAGISTÉRIO, a partir de 18 de novembro de 2016, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, ao PROFESSOR A, V.13, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, **JANE PEREIRA**, Nº Funcional 315294/51, computados 25 anos, 1 mês e 17 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003. **(Processo: 04239059)**

Portaria nº 717 de 28 de março de 2017

CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO MAGISTÉRIO, a partir de 29 de novembro de 2016, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, ao PROFESSOR A, V.13, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, **GISELE CRISTINA ZUCOLOTO JONATH**, Nº Funcional 302950/51, computados 26 anos, 9 meses e 4 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003. **(Processo: 04081900)**

Portaria nº 718 de 28 de março de 2017

CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a partir de 17 de fevereiro de 2017, de acordo com o art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06 de julho de 2005, ao ASSISTENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL, 2-III-15, do Quadro do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural, **MARIANGELA DE VICTA ARRIVABENE**, Nº Funcional 2819899/1, computados 32 anos e 2 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do parágrafo único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06 de julho de 2005. **(Processo: 46745424)**

Portaria nº 719 de 29 de março de 2017

TRANSFERIR para a RESERVA REMUNERADA "ex-officio", o SUBTENENTE PM **JOSÉ HUMBERTO LIMA DE OLIVEIRA**, NF 823032/1, a contar de 02 de julho de 2016, com os proventos mensais calculados com base no soldo do posto de 2º TENENTE PM, tendo em vista o disposto no Art. 87, c/c o inciso II do Art. 48 da Lei 3.196 de 09.01.78, ambos com novas redações dadas respectivamente pelo Art. 1º da Lei 3.446 de 16.12.81 e pelo Art. 1º da Lei 4.010 de 21.12.87 e CONCEDER o Adicional de Inatividade no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o inciso II do Art. 95 da Lei nº 2.701/72, alterado pelo Art. 3º da Lei nº 3.973/87. **(Processo: 77108175)**